



Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

Secretaria-Executiva

Departamento de Governança Institucional

Coordenação-Geral de Governança de Fundos

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO FNDCT - EXERCÍCIO 2021

Abertura: Aos 11 (onze) dias do mês de agosto de 2021, às 09h00, na Sala de Reunião Virtual, acessada pelo link: <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/mcti-cggf>, na Plataforma Conferência Web, da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, foi iniciada a reunião com a participação dos seguintes membros e convidados do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CD/FNDCT): Sr. **Sergio Freitas de Almeida**, Presidente substituto do CD/FNDCT; dos Conselheiros: **Waldemar Barroso Magno Neto**, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep; **Evaldo Ferreira Vilela**, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq; **Zarak de Oliveira Ferreira, Jackline de Souza Conca e Fernando Sertã Meressi**, representantes titulares do Ministério da Economia; **Maycon David Stahelin**, representante suplente do Ministério da Economia; **General de Divisão Luiz Antônio Duizit Brito**, representante suplente do Ministério da Defesa; **Victor Pina Dias**, representante suplente do BNDES; **Guy de Capdeville**, representante suplente da Embrapa; do representante titular da Comunidade Científica: **Carlos Augusto Grabois Gadelha**, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC; e do representante suplente da Comunidade Científica: **Jailson Bittencourt. de Andrade**, pela Academia Brasileira de Ciência - ABC; da representante titular da Comunidade Científica: **Helena Bonciani Nader**, pela Academia Brasileira de Ciência - ABC; dos representantes titulares do Setor Empresarial: **Franklin Madruga Luzes Junior, Pedro Wongtschowski e Jorge Luis Nicolás Audy**, pela CNI; pelo representante titular dos Trabalhadores da área de C&T, **Antônio Renan Arrais**, pela CODEFAT, e ainda com a presença de membros das equipes técnicas da Finep: Adriano Latarullo - Diretor Financeiro; Felipe Bastos Caetano - Assessor da Presidência; Jorge Luiz da Silva Porto de Oliveira - Assessor da Diretoria Científica e Tecnológica; Marcelo Silva Bortolini de Castro - Diretor Científico e Tecnológico; Otávio Augusto Burgardt - Diretor de Inovação, Carlos Alberto Flora Baptistucci - Secretário Executivo Adjunto - SEEXEC/MCTI; Marcelo Gomes Meirelles - Secretário de Estruturas Financeiras e de Projetos; Alexandre Augusto Villain da Silva - Diretor do Departamento de Administração - SEEXEC/MCTI; Fábio Eduardo Madioli - Assessor da SEEXEC/MCTI; Johnny Ferreira dos Santos - Diretor de Governança Institucional - DGI/MCTI; Sônia da Costa - Assessora da SEEXEC/MCTI; Lilian Rose Peters - Coordenadora-Geral de Governança de Fundos - Substituta - CGGF/MCTI; Paula Regina Comin Cabral - Coordenadora de Gestão de Fundos - COGEF/MCTI; Marcela Galo Teodoro, Assistente Técnico - CGGF/MCTI; Elenice Teresinha Thomas Carvalho, Assistente Técnico - COGEF/MCTI e Sílvia Cássia da Silva - CGGF/MCTI.

Abertura: A reunião foi iniciada com a fala do Sr. Sergio Freitas de Almeida, Presidente substituto do CD/FNDCT, que fez a abertura explanando sobre a função de duas reuniões seguidas, a primeira em 06/08/2021 e a reunião em questão. Informou que ambas foram marcadas com o intuito de se fazer uma discussão aprofundada sobre as questões orçamentárias do FNDCT de 2021 e 2022. Relembrou que na reunião anterior foram trazidos os critérios orientadores da alocação dos valores, para cada uma das ações orçamentárias que compõem o Fundo e as informações dos compromissos anteriormente assumidos pela Finep e pelo CNPq, os quais foram eleitos como prioridades. Lembrou da proposta trazida pelo Sr. Carlos Gadelha, de que os recursos Não-Reembolsáveis não ficassem limitados a 50%, sendo sugerido um valor de 75%, explicando que seria colocado em votação, nessa reunião, o compromisso de se lutar por essa demanda. E terminou a fala de abertura reforçando que a pauta principal seria a votação dos valores para 2021 e 2022. Foi informado aos presentes que as alocações de valores nas ações orçamentárias eram factíveis de remanejamentos e reforçado que, nas reuniões dos Fundos Setoriais, a serem realizadas nas próximas semanas, nada impedia que fossem aprovados valores acima do orçamento inicialmente alocado na ação orçamentária de cada fundo. Em seguida, foi apresentado o calendário de reuniões de todos os Fundos Setoriais, com previsão de início em 17/08/21. Para as convocações dos Comitês Setoriais foi encaminhado o Formulário Modelo de Carta-proposta de Linha de CT&I, para a apresentação as demandas. Após esta apresentação inicial foi reservado um tempo de 5 minutos para que os conselheiros fizessem suas primeiras considerações. Neste momento, foi solicitado à Finep que apresentasse novamente as duas planilhas com as propostas de distribuição

orçamentária para o FNDCT para os exercícios de 2021 e 2022. O Sr. Marcelo Silva Bortolini de Castro - Diretor Científico e Tecnológico, reapresentou a planilha, explicitando uma pequena alteração, onde foi apresentada a correção do valor da 2ª suplementação, de R\$ 706 milhões para R\$ 671,4 milhões. O Secretário Sérgio explicou que a diferença de R\$ 34,5 milhões seria utilizada para abrir um crédito suplementar no orçamento da CNEN, para atender a situação emergencial dos *Radiofármacos*. Foi explicado ainda que o valor final para a próxima suplementação passou para R\$ 2.074.003.480,00 sendo que esta diferença havia impactado a planilha encaminhada, alterando os valores das Transversais, do Reator Multipropósito Brasileiro – RMB e das Organizações Sociais – OS. Mesmo com estas alterações, foi informado que os valores totais do FNDCT não mudariam e que os *Radiofármacos* não seriam custeados pelo FNDCT. Em seguida, o secretário discorreu sobre o período crítico na questão dos *Radiofármacos*, sobre o risco caso não fossem alocados recursos para a CNEN. Neste sentido, foi informado aos membros todo o esforço do MCTI, nas inúmeras gestões feitas com o Ministério da Economia – ME, a Casa Civil e também com o próprio Presidente da República, de modo que estes recursos fossem transferidos. Desta forma, foi explicado que a solução adotada pelo ME foi a de retirar os R\$ 34,5 milhões desses R\$ 706 milhões que estavam comprometidos com o FNDCT, para salvar a produção de *Radiofármacos*. Em relação ao RMB, que contava como uma linha exclusiva, houve uma correção da linha orçamentária, indo para a Ação Transversal. Desta forma ficou esclarecido que a proposta orçamentária do FNDCT não sofreu nenhuma alteração em seus valores totais. Foi mencionado também o ajuste, a maior, dos valores previstos para 2022, dado que estavam sendo tratados como os mesmos de 2021, porém, com a previsão de aumento de arrecadação, o valor subiu em cerca de 20%. Neste momento a conselheira Helena Nader colocou uma dúvida acerca da questão dos *Radiofármacos* questionando se a decisão não exigiria uma menção do Conselho em solidarizar com esta alocação dos R\$ 34,5 milhões do FNDCT. No sentido de dirimir todas as dúvidas, o secretário solicitou ao Sr. Alexandre Augusto Villain da Silva - Diretor do Departamento de Administração - SEXEC/MCTI que explicitasse as condições deste recurso realocado para a CNEN e sua relação com o orçamento do FNDCT. Ele informou que o que houve foi, na verdade, uma postergação dessa suplementação e afirmou que este recurso ainda entraria no FNDCT, numa próxima etapa de suplementação, não tendo sido retirado do FNDCT. A Sra. Helena sugeriu que estas considerações deveriam constar em ata, tendo o de acordo do Secretário Sérgio, que reforçou a todos a certeza de que os valores totais do FNDCT não teriam sido alterados e que os mesmos deveriam ser totalmente liberados até o final do exercício de 2021. Ao final dessas considerações foi aberta a palavra aos conselheiros. O Sr. Franklin Madruga Luzes Junior solicitou que fossem consideradas suas sugestões, apresentadas na reunião passada (06/08/21), quando solicitou que fossem levantados os compromissos anteriores no tocante as prioridades das OS, de modo a garantir o mesmo critério de pagamento dos atrasados, da mesma forma como foi pensado para CNPq e Finep. A solicitação do Sr. Franklin foi recebida pelo Secretário Sérgio que recomendou constar em ata que todas as OS fizessem o levantamento de pendências para compor as demandas com os recursos a elas aprovados. O Sr. Jailson B. de Andrade lembrou que no passado as OS não eram passíveis de fomento, colocando um questionamento se o Conselho não estaria incorrendo em risco de ilegalidade, para tanto, sugeriu consulta a CONJUR. Em resposta, o Secretário Sérgio Lembrou a todos da LC 177/21 destacando que as OS foram reconhecidas legalmente para receber os recursos. O conselheiro Jorge Audy fez quatro considerações, (a) sobre as OS questionou quais seriam e como os valores seriam alocados para cada uma; (b) sobre a percepção de que a alocação de recursos para o CNPq em 2022 era menor que 2021; (c) sobre a solicitação de ampliação 50% / 75% para os recursos não-reembolsáveis e (d) se seria mandatário aprovar 2022 naquela reunião, arguindo se havia alguma restrição legal. Em resposta, o Secretário Sérgio informou que ainda não havia o detalhamento para os valores específicos para cada OS e, de forma similar aos Comitês dos Fundos Setoriais, que teriam reuniões a partir da semana seguinte, também seriam apresentadas as propostas de cada Organização Social. Lembrou também que todas as propostas seriam aprovadas pelo CD-FNDCT no Plano Anual de Investimento – PAI. Sobre a questão dos recursos para o CNPq em 2022 serem menores que 2021, lembrou que para 2021 estavam sendo priorizados compromissos anteriores, sendo que para 2022, após o acerto de compromissos anteriores, o orçamento ficaria de fato maior para novos projetos. Informou ainda sobre um reforço previsto de R\$ 84 milhões no orçamento próprio do CNPq, recursos adicionais que não estavam dentro do FNDCT. Quanto ao questionamento sobre os percentuais 50/75% para a parcela não reembolsável, informou que, naquele momento seria de 50%, mas garantiu que seriam feitos esforços no sentido de ampliação desta margem. E, finalmente sobre a necessidade de aprovar a proposta orçamentária de 2022 naquele momento, afirmou que a importância era de se cumprir o prazo de 12/08/21 para lançar os valores de 2022 no Sistema de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (SIOP). Desta forma, explicou aos presentes que, caso fosse aprovado na reunião, o FNDCT poderia iniciar os trabalhos para 2022 já sabendo das dotações orçamentárias e os Comitês teriam elementos reais para trabalhar as ações para o próximo ano. O Sr. Carlos Gadelha lembrou que todos que ali estavam eram parceiros e ressaltando a importância da busca de consenso. Colocou aos presentes quatro considerações, (a) a proposta de não deliberar sobre 2022 argumentando que o Conselho deveria aprovar apenas a deliberação de que os recursos do FNDCT para 2022 deveria ser da ordem de 75% para investimento não-reembolsável, um percentual que considerava um grande consenso. (b) lembrou da solicitação feita na reunião anterior, sobre ter um subsídio formal do MCTI sobre o embasamento legal em haver uma rubrica específica para OS e como seria sua inserção na governança dos Comitês Setoriais e demais instâncias de governança do FNDCT, reforçando a função do FNDCT ser voltado para atividades e projetos em CT&I, função esta que deve ser preservada garantindo que sejam apresentados projetos nesta direção. Assim, buscando o consenso, ressaltou que a decisão dos projetos das OS sejam deliberados no âmbito dos Comitês

Gestores e da estrutura de governança do FNDCT, casando assim as OS nas instâncias de deliberações, fortalecendo os comitês Setoriais que estão muito enfraquecidos. Após estas considerações sobre as OS, o Sr. Gadelha reafirmou a necessidade de buscar junto à jurídica do MCTI a base legal para garantir esses recursos às OS, ficando a responsabilidade ao MCTI e que fique claro que a deliberação sobre a aprovação de recursos das OS seja feita nas instâncias do FNDCT.(c) O terceiro ponto foi que as ações Transversais ganharam um peso imenso sobre os Comitês Setoriais, desta forma sugeriu que até 50% das ações transversais possam ser canalizadas para as ações setoriais. Segundo ele, esta proposta iria ao encontro aos questionamentos dos órgãos de controle que sempre questionam os poucos recursos das Ações Setoriais. Deu o exemplo das OS e que todo o recurso para infraestrutura científica e tecnológica do país é metade do valor das OS. (d) Por fim, solicitou que o valor das dívidas do passado, dos compromissos anteriores sejam listadas para que o Conselho possa ter a noção mais clara da situação. O Secretário Sergio, agradeceu ao conselheiro e começou a responder pelo último item, dos compromissos anteriores, lembrando que a explicação foi dada com detalhamento suficiente, o que não impediria de ser reapresentado no decorrer da reunião. Sobre não examinar o orçamento de 2022 na reunião, ele reforçou o que já havia falado antes, que o errado estava em discutir 2021 em agosto e lembrou que o FNDCT tem uma data a cumprir junto ao Ministério da Economia – 12/08. Reafirmou que o orçamento é, a princípio, um balizador e não uma camisa de força, pois trata-se de uma previsão que pode ser ajustada nas janelas orçamentárias, e que, nem as OS e nem as ações setoriais ou transversais podem afirmar hoje como vão gastar ou não. Reiterou aos presentes que as ações do FNDCT têm a prerrogativa de remanejamentos de recursos, preconizados pela EC 85/15, nas janelas orçamentárias, pelo menos duas este ano e, com as reuniões, há a possibilidade de ajustes nos gastos. Sobre o terceiro ponto levantado pelo Sr. Gadelha, lembrou aos presentes que as OS tem a Base legal afirmada na LC 177/21 art. 12, onde há a permissão de até 25% para elas. Afirmou também que as ações das OS passarão pelas instâncias deliberativas do FNDCT e decisão do Conselho Diretor. Quanto ao percentual de 50% para as ações setoriais, considerou que esta questão já vem sendo feita, não com essa fixação de valor, mas já existe. O Sr. Gadelha agradeceu ao Secretário Sérgio. O próximo conselheiro, Sr. Antônio Renan Arrais, representante da CODEFAT, mencionou a preocupação da academia quanto à legalização ou judicialização das atividades dos conselhos pelo sistema formado pelos vários órgãos de controle, MPU, TCU e CGU. Insistiu na tese de que os conselheiros têm como tarefa delegada decidir como gastar os recursos, e colocou para todos a necessidade dos setores de governança do FNDCT e MCTI em deixar bem explicitado o poder que os conselhos têm, por delegação, de decidir sobre as questões inerentes ao Fundo. Discorreu também sobre a questão da responsabilidade civil e penal dos conselheiros e os riscos inerentes ao papel representado no Conselho. Em continuidade ao seu raciocínio, o Sr. Arrais explicou a todos que muitas vezes esta questão de mérito parece pequena, porém este sistema impõe uma situação que faz com que os conselheiros venham para a reunião até com uma certa dose de intransigência, de fazer questão de colocar os questionamentos na ata, porque, de alguma maneira, precisam se proteger. Citou que, pessoalmente, não tem patrimônio para responder a uma verba errada e, como advogado, já várias vezes acompanhou dirigentes de organizações não governamentais, fundações, que ocuparam cargos de direção, porque a AGU não manda nenhum advogado para acompanhar a pessoa a ser ouvida. Se desculpou por trazer um tema que parece fugir um pouco da pauta, mas, como “noviço”, lembra que o Gadelha é o “Decano” neste Conselho, mas considera importante frisar estas questões que trazem inquietação além de demarcar com clareza o campo das discussões. Em seguida, o Secretário Sergio respondeu ao conselheiro que veio do sistema de órgãos de controle, trabalhou 25 anos no TCU, e dá razão ao Conselheiro quanto às suas inquietações, porém tranquilizou-o observando que, pela experiência que tem com os órgãos de controle, onde trabalhou por anos, quanto ao FNDCT, tem visto um comportamento bastante cauteloso e ponderado. A próxima, Conselheira Helena Nader, colocou alguns pontos para serem avaliados pelos demais, (a) considerou bastante favorável que CNPQ e FINEP possam receber recursos para sanar compromissos assumidos, mas fez uma ressalva, que não se tratam de compromissos devidos pela união e sim compromissos devidos aos editais públicos que foram julgados e não puderam ser assinados, compromissados. Esta atitude, ela considera uma solução saudável. (b) Parabenzou o Secretário e a todo o ministério pela convocação dos Comitês Setoriais, ressaltando que esta atitude de gestão veio, infelizmente, com atraso, na visão, “CPF”, dela. Considerou que a convocação dos Comitês Setoriais foi acertada, porém atrasada, pois se sabia que teria recursos e a chamada foi feita para que as reuniões acontecessem após a reunião em tela. Citou algumas observações que considerou importante mencionar, por exemplo, o fato do CT-Agro ter tão pouco orçamento, quando o mundo se encontra numa situação de tanta importância da agricultura, no meio de uma crise hídrica importante e diante de uma situação climática preocupante. Outra consideração que a deixou com uma pergunta marcante para o conselho — Quem iria julgar as OS, teria um GT de OS para tanto, como as OS, vão apresentar propostas? Terminou sua fala lembrando a todos que sabe que é insistente, mas está aqui para votar pelo Brasil, do alto dos seus 73 anos, o que a deixa muito tranquila em trazer estas considerações. Por fim, colocou aos presentes a questão da CIDE, lembrando que todos sabem que o Supremo vai julgar a CIDE e que ela representa um importante percentual na arrecadação do FNDCT. Lembrou ainda que, segundo a lei, a CIDE tem prerrogativas para sua aplicação e se o FNDCT descuidar dessa alocação estaria dando razão para o fim desta contribuição. O Secretário Sergio informou a todos que, com relação à ação do Supremo da CIDE o MCTI, juntamente com sua Conjur, já apresentou subsídios para o julgamento desta ação, entendendo que as alegações do MCTI vão prevalecer. Quanto ao atraso na chamada dos Comitês Setoriais, mesmo concordando com as alegações da Sra. Helena, lembrou que não puderam acontecer e que uma das razões era que não tínhamos nem previsão de orçamento e, sem aprovação de recursos, ficava difícil convocar. Quanto às OS, reiterou

que o ministério trabalha dentro das normativas do FNDCT e que toda e qualquer proposta deverá ser discutida no âmbito das suas instâncias de governança. O próximo conselheiro a se manifestar foi o Sr. Zarak de Oliveira Ferreira, um dos representantes do Ministério da Economia, o qual falou sobre o detalhamento das OS e da possibilidade de compatibilizações do que foi aprovado com o orçamento na forma de remanejamentos. Iniciou sua intervenção fazendo um comentário complementar sobre a fala do Secretário Sergio, sobre a questão da proposta orçamentária. Segundo o Sr. Zarak, tendo em vista que ainda não tinham um detalhamento dos CTs e mesmo das OS, reforçou a fala do secretário, explicando a todos que havia a possibilidade de fazer remanejamento ao longo da execução. No ano que vem (2022) com a aprovação do Plano Anual de Investimento, será possível fazer esta compatibilização do que foi resultado dessas reuniões agora, ou seja, do que foi planejado de liberação com tudo o que está no orçamento. Para isso existe o instrumento do “*remanejamento de dotações*”, o que não deixa de ser um instrumento de adequação ou correção do planejamento. Ressaltou que a área de Ciência e Tecnologia é a única que tem a possibilidade de fazer remanejamentos totais por Portaria do Governo ou Decretos. E ainda que, se o presidente não tiver dado a delegação para o Ministério da Economia, é o único setor que pode remanejar integralmente, sem que haja a necessidade de ir para o Congresso Nacional. Este dispositivo se encontra na constituição, permitindo o remanejamento global sem passar pelo congresso. Falou também que o Ministério da Economia estava fazendo cotejamento das receitas e despesas por mês, para liberar o mais rápido possível, o que os faz acreditar que os recursos possam ser liberados quase em sua totalidade, ainda em outubro. E, por fim falou que o Ministério da Economia respeita e considera a C&T como alavancadora do desenvolvimento do país. O Secretário Sergio agradeceu a manifestação do Sr. Zarak e passou a palavra para o Sr. Pedro Wongtschowski, representante do Setor empresarial, que se demonstrou feliz com a apresentação de Zarak, passando a tecer suas considerações: lembrou que o Secretário Sergio assumiu, na reunião, alguns compromissos importantes, o primeiro é que todo remanejamento de verbas a ser feito vai passar pelo Conselho Diretor; compartilhou a preocupação de muitos conselheiros, quanto ao FNDCT estar sendo usado para substituir recursos que deveriam ser recursos normais orçamentários para diversas instituições do MCTI, tendo a expectativa de que o CNPq seja regularmente suprido pelo orçamento da União e não pelo FNDCT; lembrou a todos que estão assumindo nesta reunião, que as decisões tomadas nesta reunião, são legais, estão de acordo com as leis, a constituição, portarias, todas as regulamentações específicas sobre a ação do FNDCT, ressaltou que os conselheiros, não tem condições de sozinhos, verificar a fundo todas as legislações o que os deixa baseados no parecer do Secretário Executivo e da Assessoria Jurídica do MCTI, que o que estavam fazendo ali esteja de acordo com a Lei e a regulamentação apropriada. Em sua fala explicou que queria reafirmar o entendimento e solicitou ao Secretário Sergio a confirmação de seu entendimento; apoiou a sugestão do Cons. Gadelha para que os recursos reembolsáveis fiquem em 25%, dado que a lei fala em até 50%; por último, questionou ao Secretário sobre decisão do Ministério que limitou a participação dos suplentes nas reuniões, insistindo que, desta forma estes ficam desinformados, enfraquecendo suas participações quando há alguma necessidade que substituam os titulares, além de empobrecer o debate necessário para o bom andamento do Fundo. Sugeriu a revisão desta decisão para que os suplentes sejam sempre convocados para assistir. O Secretário Sergio interveio ressaltando que não vê problema nenhum. Em seguida, colocou aos membros alguns esclarecimentos, (a) o remanejamento será submetido ao Conselho Diretor – será apresentado no PAI – e os valores serão diferentes pois ali estarão os projetos que poderão mudar a distribuição orçamentária; (b) os recursos FNDCT não substituirão os compromissos do MCTI, lembrou que o Ministro reforça sempre, que não fará uso de recursos FNDCT para suprir limitações de orçamento. Em seguida os conselheiros debateram as alocações de recursos no CNPq e o Sr. Carlos Alberto Flora Baptistucci - Secretário Executivo Adjunto - SEXEC/MCTI, explicou a todos que os recursos alocados para o CNPq, são recursos de editais do CNPQ lançados no âmbito do FNDCT e que não tinham sido totalmente executados. Reiterou aos presentes que, em relação ao orçamento do CNPq, o MCTI preservou o orçamento e ainda foi pedido uma expansão dos recursos do CNPq da ordem de R\$ 84 milhões a mais em 2022. O Secretário Sérgio, respondendo os questionamentos sobre a legalidade das decisões adotadas, lembrou a todos que, pela experiência que tem com órgãos de controle, sabe bem que o simples fato de constar um nome num processo no TCU é para o final da vida, e assegura que tanto o MCTI quanto a Finep, na categoria de Secretaria Executiva do FNDCT, trabalham intensivamente para garantir a legalidade em todos os processos inerentes ao Fundo. Às 11:00hs o Secretário Sergio sugeriu um intervalo de 10 minutos. Recomeçando a reunião, o Sr. Carlos Gadelha pediu a palavra elogiando a postura tranquila e cooperativa do Secretário Sergio, afirmando o quanto facilita o diálogo, e logo após falou sobre o receio de uma grande parte dos conselheiros, por conhecerem como é Brasília, onde constantemente mudam as equipes, os secretários e isso coloca a importância da formalização, desta reunião que é deliberativa, sobre tudo que foi informado, da base legal, das responsabilidades do MCTI, ser registrado como sinalização formal, deliberativa do Conselho. Na questão das OS, atenderia explicitar formalmente, como deliberação, que os projetos deverão passar pelas estruturas de governança dos Comitês Setoriais, obedecendo aos requisitos de legalidade garantidos pelo MCTI. Assim, segundo o Sr. Gadelha, mudou a gestão, mudou a equipe, fica garantido um procedimento. O elemento mais novo, depois do descontingenciamento, foram as OS, por isso estão tão inseguros, querendo ficar tranquilos, porque isto é novo. E, concluindo, se a gente errar, a gente mata o novo. O Sr. Gadelha lembrou que, no intervalo da reunião buscando mais elementos, verificou que está na própria lei que aprovou as OS, a responsabilidade deste Comitê pela deliberação de como vão ser operados os recursos destes 25%. Assim, sendo uma deliberação do Conselho, daria maior conforto na aprovação. Quanto à proposta de recursos para 2022, o Sr. Gadelha mostrou sua preocupação ao observar que foi apresentado 50% para os recursos reembolsáveis, o que não atenderia a

própria deliberação do Conselho Diretor. É como a gente concordar na fala, mas esta fala não se traduzir nos números. Mostrou surpresa também nos recursos do CT-infra, lembrou aos presentes que, diante da situação das instituições científicas, já perdemos a segunda revolução tecnológica e, com estes valores perderemos a terceira e quem sabe a quarta, se ficarmos assim. Sugeriu que se trabalhasse com as cifras de 75% para os recursos não-reembolsáveis para 2022. E, por fim, que houvesse uma deliberação de que os projetos das ações setoriais possam ser fomentados a partir de recursos da transversal e das OS. O Secretário Sergio entendeu que o Sr. Gadelha propôs três deliberações, a primeira que se tenha uma maior formalização aos projetos que venham a ser apresentados pelas OS, que passem pela governança própria do FNDCT. Concordou com a proposta do Sr. Gadelha e solicitou à equipe da CGGF que redigisse a proposição para que fosse apreciada por todos. Com relação à proposta, também do conselheiro Gadelha, de aumentar para 75% os recursos para não-reembolsáveis, tendo sido apontado que os recursos de 2022 ainda constam como 50%, o Secretário explicou que estes são os números que nos foram impostos, os 75% é muito mais no sentido de que a gente vai brigar, discutir em todas as instâncias, defender a ideia, de que a gente defina mais recursos para não-reembolsáveis e o número que surgiu, 75% era um número que fazia sentido. Concluindo, explicou que estes números para 2022 nos foram passados pelo Ministério da Economia, e, nas discussões que vamos ter ao longo deste ano, e do próximo e de tantos outros ainda, a defesa do MCTI será sempre no sentido de ampliar o valor da parcela não reembolsável. Porém, 2021 e 2022 estes são os números que nos foram passados, portanto a deliberação pensada para esta questão é o compromisso de lutar e defender que se amplie o valor de 50% para 75%, foi o que consideramos mais apropriado, não vejo como, de hoje para amanhã podermos mudar isso, mas continua o compromisso do MCTI e do Conselho Diretor, em todas as instâncias, especialmente junto ao Ministério da Economia, de defender que os recursos não reembolsáveis sejam de 75%. Com relação a outra deliberação sugerida pelo conselheiro Gadelha, de que as ações transversais previssem a destinação de parte de seus recursos para os Comitês Setoriais, o Secretário Sergio explicou que isso já é uma prática usual, foi considerada uma deliberação um tanto prematura, visto que os Comitês Setoriais ainda não se reuniram e não sabemos ainda quais serão propostas apresentadas. O conselheiro Gadelha interveio refazendo sua demanda, dizendo que evoluiu sua proposta a partir da consideração do secretário, de que fosse sinalizado, nos Comitês Setoriais que fossem se reunir, que poderiam haver projetos, para além daquele teto, que seriam apreciados de acordo com seu mérito, relevância, para que na reunião dos Comitês Setoriais já tivesse esta sinalização. O Secretário Sergio sugeriu que ele pudesse reformular melhor a proposta para que fosse apreciada pelos demais. Em seguida o conselheiro Fernando Sertã Meressi, representante da área do Planejamento do Ministério da Economia, falou sobre a proposta orçamentária de 2021, mais especificamente a capacidade de execução, não tinha observações a fazer, porém para 2022, o critério da capacidade de gasto considerou que não seria o melhor balizador, sendo importante considerar outros elementos. Focou então na questão das OS. Analisando a planilha de 2022, observando duas rubricas, CNPq e Transversal, verificou que elas não acompanharam o orçamento anterior, ao passo que a OS recebeu o máximo possível pela lei. Com estas observações, questionou se é possível, e recomendável, do ponto de vista da melhor alocação, considerando que o MCTI é o melhor para falar sobre esta alocação, se seria viável um ajuste, por exemplo, ao invés de passar 25% para as OS, passar 20% e esses 5% migrarem para a ação transversal ou para a categoria mais genérica do CNPq. Concluiu fazendo este questionamento levando em consideração a importância do CNPq para a ciência e tecnologia e também pelos percalços a que tem passado nos últimos anos, já que seria um pequeno remanejamento que não alteraria a proposta como um todo. Diante destas considerações, pequenos ajustes, transferências de recursos de uma ação para outra, o Secretário Sergio sugere o princípio da simplicidade, desta forma lembra a todos que, similar ao direito, este regula o que aconteceu e não o que vai acontecer, o que pode acontecer. Segundo ele, o caminho da simplicidade, de não colocar condicionantes aos projetos, então, neste momento de 2021 e 2022, quanto mais simples formos na aprovação da proposta orçamentária é melhor pra todos. Sugeriu que o mais simples é que o FNDCT pode se beneficiar em poder fazer alterações orçamentárias por meio de simples portarias, fato garantido à área de C&T pela EC a85/15, pois independentemente do fato do valor alocado em uma ação programática, uma ação setorial ser baixo, havendo projetos aprovados no mérito, que ultrapassem este valor alocado, há a possibilidade de remanejamento. Lembrou que a reunião mais decisiva para o FNDCT será a reunião onde o Plano Anual de Investimento será aprovado e, afirmou ter certeza que, após as reuniões dos Comitês Setoriais, os levantamentos de todas as propostas factíveis, o valor aprovado final será imensamente diferente do que esta proposta orçamentária inicial. Lembrou a todos que isso é uma coisa boa, pois nenhuma proposta bem estruturada será descartada por não haver muito orçamento alocado em uma ação programática, e o Conselho Diretor poderá deliberar sobre isso. Em seguida o Sr. Jailson pediu a palavra e questionou a diferença dos orçamentos do CNPq com o valor do orçamento designado para as OS, lembrando a todos o tamanho e abrangência do CNPq, citando os INCTs, a importância de pagar o passado e, no outro lado, falou das OS, reconhecendo o valor dessas organizações, como sistemas complementares e não competitivos. Citou que o que estão discutindo é como ir além dos contratos de gestão e esse é o objeto, portanto reiterou que os projetos apresentados pelas OS sejam submetidos às instâncias do FNDCT. O Sr. Maycon David Stahelin, representante suplente do Ministério da Economia, pediu a palavra e se apresentou a todos, sua primeira participação na reunião do Conselho, falou sobre a Embrapii, lembrou que o modelo de atuação da entidade é muito diferente das demais OS pois os projetos são submetidos pelas empresas depois da liberação do recurso pela Embrapii às ICTs, dado que ela trabalha em um modelo de fluxo contínuo de recebimento de projetos, e não com chamadas específicas. Por isso, ele pediu aos presentes para pensar que na elaboração de uma forma única de análise talvez não sirva para todas as OS,

com isso insistiu em que o processo de análise de cada OS deva entender a especificidade de cada uma. A conselheira Helena Nader, concordou com os conselheiros anteriores, falou do modelo Embrapii, lembrou do nascimento desta OS, e, mesmo vindo da academia, entende perfeitamente a importância da parte tecnológica da ciência, porém questionou profundamente que o Ministério da Economia, por meio de um decreto, defina 50% para a parte reembolsável do FNDCT, retire o direito do Conselho, e de si como conselheira, de dizer que não quero 50% para reembolsável. Segundo a conselheira Helena, isto tudo precisaria ser mais bem explicado, foi o Ministério da Economia que fez esta planilha, foi ele quem definiu os 50%, os 25% das OS? Ressaltou a todos que não se encontrava tranquila, não aceitava esta determinação do Ministério da Economia, para ela a lei é muito clara, mesmo que muitos não gostem dela, entende que o MCTI esteja lutando para um equilíbrio econômico, porém não às custas da Ciência e Tecnologia. A Sra. Helena Nader continuou insistindo que não entendia que o Ministério da Economia fizesse a gestão do FNDCT, e ressaltou que para este ano tudo bem, pode ter vindo, mas para 2022 não fica claro se houve algum decreto determinando os 50% para os recursos reembolsáveis. Considerou isso um paradoxo, pois na falta de recursos, situação que ela entende como de conhecimento profundo do Ministério da Economia, tanto que estava trabalhando junto com o MCTI na melhor taxa de juros, então considera, parafraseando um antigo reitor conhecido seu, quando diante de uma situação muito óbvia, *“até as criancinhas da creche sabem”*. Por isso, reiterou, não dá para entender como colocaram 50% de recursos para uma alocação que não tem demanda, a Finep devolve, por isso ficamos sem entender qual a lógica. Segundo ela, cabe ao Conselho Diretor decidir, além disso ficou o questionamento se o Ministério da Economia decidiu sobre apenas esta ação programática ou se decidiu sobre mais alguma outra ação, foram eles que colocaram 25% para as OS, foram eles que diminuíram o CT-Infra, que é para toda a ciência brasileira, foram eles que colocaram aquele valor irrisório para toda Agricultura e Pecuária? Segundo ela, são estas questões que os Conselheiros, representando a sociedade civil, tinham a obrigação de entender. Agradeceu a oportunidade da fala e afirmou sentir muito que, mesmo havendo uma lei, parecia que esta lei não era mesmo o que se entendia dela. Terminou dizendo que precisaria fazer um curso de direito para reaprender sobre interpretação de leis. Em resposta, o Secretário Sergio informou que a única alocação que veio do Ministério da Economia foram os 50% para os recursos reembolsáveis, informou também que estas planilhas apresentadas foram 100% elaboradas em colaboração do MCTI com Finep e CNPq, reforçando que todas as ações orçamentárias, inclusive os 25% das OS foram de autoria do MCTI em conjunto com CNPq e Finep, sendo o único limite passado pelo Ministério da Economia foi o de 50% para as reembolsáveis. Neste momento reforçou aos demais que a deliberação que será colocada para aprovação de 75% para os recursos não reembolsáveis, são o compromisso assumido pelo MCTI em lutar por este percentual, sendo que a proposta orçamentária de 2022 destina os mesmos 50% para os não reembolsáveis. Afirmou também que isto pode mudar para melhor, seja por um eventual convencimento do Ministério da Economia, mas também no Congresso Nacional, duas frentes abertas para discussão desses valores. Desta forma este percentual, segundo o Secretário Sergio, pode mudar pelo diálogo com o Ministério da Economia ou pelo diálogo e defesa dessa bandeira no Congresso Nacional. O próximo Conselheiro a tecer suas considerações foi o Sr. Jorge Luis Nicolás Audy, representante do Setor empresarial, que iniciou parabenizando o Sr. Sergio pela condução tranquila e serena desta reunião e da anterior, pelo espaço dado onde cada um pode se manifestar, com muita transparência e num clima bastante adequado, teceu algumas considerações sobre as questões levantadas na reunião. A primeira, sobre aprovar os orçamentos de 2021 e 2022, relatou se sentir confortável em votar apenas 2021 nesta reunião sugerindo que 2022 seja votado em outra ocasião, mesmo sabendo das questões de prazo que foram apresentadas. Ressaltou que há muitas questões importantes a serem resolvidas, sendo a maior delas esta questão dos 75% para os recursos não reembolsáveis. O segundo item, com relação às OS, teria que ficar claro que as análises, a aprovação dos projetos apresentados seja feita no âmbito deste Conselho, sendo importante constar em ata, o que dá mais segurança neste processo. E o terceiro item, derivado deste último, com relação à Embrapii, ressaltou que ela tem características diferenciadas sim, pois isso é inovação, pois se tentarmos enquadrar o novo, no passado, não vamos evoluir nunca. Após estas considerações dos Conselheiros o Secretário Sergio colocou em pauta as deliberações para serem analisadas e aprovadas, a primeira sobre a defesa dos 75% para os recursos não reembolsáveis, sugerida pelo conselheiro Gadelha, na reunião passada, a outra que os recursos do Fundo para as OS sejam objeto de análise nas instâncias deliberativas do FNDCT e por último que os projetos apresentados e aprovados pelos Fundos Setoriais em 2021 poderão ser adicionados ao Plano Anual de Investimento, realizando posteriormente as adequações orçamentárias necessárias no orçamento aprovado. O Sr. Sergio reafirmou aos presentes que a reunião previa que fossem apresentadas as três deliberações para aprovação e votadas as duas propostas orçamentárias 2021 e 2022. Como houve questionamentos quanto a se deveriam aprovar ou não a proposta para 2022 foi colocado, inicialmente, para aprovação a proposta orçamentária para 2021, conforme apresentado aos presentes (Figura 1). E quanto à votação da proposta orçamentária para 2022, foi colocado que ela poderia ser absorvida em uma primeira votação sim ou não, desta forma foi acordado que, se a maioria decidisse que não deveria ser votada, seria excluída. Assim foi sugerida em primeiro lugar a votação da proposta de 2021, depois 2022 e ao final as três deliberações mencionadas pelo secretário. Foi colocado na tela a Figura 1 - Proposta de Distribuição Orçamentária - FNDCT - Exercício 2021 para votação dos presentes. Houve uma sugestão de se votar inicialmente as três deliberações, pois desta forma, quando aprovadas as propostas orçamentárias, estas deliberações já fizessem parte do todo. Foram então analisadas cada uma das deliberações. A Deliberação 01, relacionadas aos recursos das OS terem o trâmite de aprovação respeitando as instâncias de deliberação do FNDCT. A Sra. Helena Nader ressaltou a importância de um texto firme e claro, pois,

segundo lembrou ela, este assunto já foi objeto de acórdão do TCU. Após várias contribuições, e um texto encaminhado via chat pelo Sr. Gadelha, o texto foi aprovado da seguinte forma, a saber: **DELIBERAÇÃO 01 – O Conselho Diretor do FNDCT, em sua 3ª Reunião Extraordinária de 2021, realizada em 11/08/2021 delibera que: “Os recursos do Fundo a serem destinados às Organizações Sociais - OSs sejam objeto de análise e apreciação nas estruturas de Governança do Fundo e integre o Plano Anual de Investimentos do FNDCT, preservando as finalidades de apoio às atividades de CT&I priorizadas por este Conselho”.** O conselheiro Gadelha sugere que conste em ata que se entende como estruturas de governança os Comitês dos Fundos Setoriais, o Comitê de Coordenação do FNDCT – CCF onde as ações transversais são aprovadas e o Conselho Diretor do FNDCT, assim para quem nos deu o mandato aqui, e que não conhecem bem toda a estrutura de governança do FNDCT, ter a segurança do que estaria por trás de um texto tão enxuto e ao mesmo tempo que atende às expectativas. Além disso conforme a conselheira Helena Nader falou, que estes recursos seriam recursos adicionais para atividades de Ciência e Tecnologia e não de manutenção destas entidades. Colocada em votação, esta deliberação foi aprovada com unanimidade. Em seguida foi apresentada a Deliberação 02, elaborada para oficializar a sugestão do conselheiro Gadelha, e o texto delibera que **“Este Conselho Diretor e o MCTI faça gestões junto ao Ministério da Economia, no sentido de aumentar a parcela de recursos não-reembolsáveis de 50% para 75% do valor total da dotação anual do Fundo.”** Foi sugerido por um dos Conselheiros que fosse retirado do texto a menção ao Ministério da Economia, por achar inapropriado, sugestão que foi acatada pelos demais, por também envolver outras instâncias que não apenas aquele ministério. **DELIBERAÇÃO 02 – “O Conselho Diretor do FNDCT, em sua 3ª Reunião Extraordinária de 2021, realizada em 11/08/2021 delibera que: Este Conselho Diretor e o MCTI faça gestões no sentido de aumentar a parcela de recursos não-reembolsáveis de 50% para 75% do valor total da dotação anual do Fundo.”** Colocada em votação, a deliberação foi aprovada com conselheiro Zarak. Em seguida foi apresentada a Deliberação 03, no sentido de deixar claro que poderão ser feitas alterações nas ações orçamentárias. O texto inicial **“Os projetos apresentados e aprovados pelos fundos setoriais em 2021 poderão ser adicionados ao Plano Anual de Investimento, realizando posteriormente as adequações orçamentárias necessárias no orçamento aprovado.”** Foi apresentado aos Conselheiros, tendo pequenas alterações. Ao final foi aprovada com o seguinte texto: **DELIBERAÇÃO 03 – “O Conselho Diretor do FNDCT, em sua 3ª Reunião Extraordinária de 2021, realizada em 11/08/2021 delibera que: Os projetos apresentados e aprovados pelos Fundos Setoriais em 2021 e exercícios subsequentes, poderão ser adicionados ao Plano Anual de Investimento do FNDCT, realizando posteriormente as adequações orçamentárias necessárias no orçamento aprovado, ouvido o Conselho Diretor.”** Deliberação aprovada por unanimidade. Em seguida, foi apresentada a figura 01 com a proposta de distribuição orçamentária do FNDCT para o exercício de 2021.

Figura 1 - Proposta de Distribuição Orçamentária - FNDCT - Exercício 2021

Ação Orçamentária	LOA original	1a Suplementação	2a Suplementação (em elaboração)	Proposta para apreciação do CD/FNDCT	Proposta de LOA final
CT-Aeronáutico	20.000,00			180.000,00	200.000,00
CT-Agronegócio	1.230.000,00			26.270.000,00	27.500.000,00
CT-Amazônia	20.000,00			30.000,00	50.000,00
CT-Amazônia - Emenda	600.000,00			0,00	600.000,00
CT-Biotecnologia	20.000,00			30.000,00	50.000,00
CT-Energia	20.000,00			15.980.000,00	16.000.000,00
CT-Espacial	20.000,00			30.000,00	50.000,00
CT-Hidro	140.000,00			460.000,00	600.000,00
CT-Informática	20.000,00			6.980.000,00	7.000.000,00
CT-Infraestrutura	76.490.208,00			383.509.792,00	460.000.000,00
CT-Mineral	20.000,00			30.000,00	50.000,00
CT-Petróleo e Gás	1.360.000,00			3.640.000,00	5.000.000,00
CT-Saúde	2.420.000,00	105.000.000,00		36.880.000,00	144.300.000,00
CT-Transporte	20.000,00			30.000,00	50.000,00
CT-Transporte Aquaviário	220.000,00			0,00	220.000,00
CT-Verde e Amarelo	1.320.000,00		200.000.000,00	680.000,00	202.000.000,00
Ação Transversal	84.990.000,00		315.421.930,00	60.546.076,00	460.958.006,00
Subvenção Econômica	36.610.000,00	310.000.000,00		147.490.000,00	494.100.000,00
Equalização de Juros	279.500.000,00			0,00	279.500.000,00
Participação no Capital de Empresas	2.220.000,00			19.780.000,00	22.000.000,00
CNPq	23.420.000,00		140.000.000,00	397.180.000,00	560.600.000,00
Reator Multipropósito Brasileiro					
Organizações Sociais (OS)			16.000.000,00	875.455.500,00	891.455.500,00

Taxa Adm Finep				73.422.112,00	73.422.112,00
Despesas operacionais				25.400.000,00	25.400.000,00
TOTAL	510.680.208,00	415.000.000,00	671.421.930,00	2.074.003.480,00	3.671.105.618,00
Empréstimo Finep	1.782.911.022,00	1.888.194.595,00			3.671.105.617,00

Fonte: Finep/MCTI

A Sra. Helena pediu a palavra, solicitando que constasse em ata que esta planilha foi encaminhada e que não tiveram a base de cálculo. Segundo ela a única base de cálculo que foi apresentado seriam compromissos anteriores do CNPq e Finep, além de que se pegou o texto da lei que falava em 25% para as OS. Insistiu em que serão questionados por terem votado nesta proposta, por isso pede que seja documentado. Entendeu que a única coisa que está claramente apresentada são as observações do CNPq e Finep, apresentados na reunião anterior, o restante, não está de acordo, nem com a arrecadação dos Fundos Setoriais. Insistiu que todos estes números apresentados devem ter sido calculados conforme alguma memória de cálculo, e que ela não recebeu. Em resposta à Sra. Helena, o Secretário Sergio passou a palavra ao General Barroso, presidente da Finep para maiores esclarecimentos. O Gal. Barroso reiterou que foram levantados todos os compromissos anteriores das duas agências, o valor destinado para as OS, e informou que os Comitês Setoriais levantarão suas demandas a partir das reuniões já marcadas para iniciar na próxima semana, demandas que serão inseridas no Plano Anual de Investimento, plano este que será objeto de aprovação neste Conselho. Citou que já estão sendo trabalhadas várias propostas para os Comitês Setoriais, e entende que, com as propostas dos Fundos em mãos, haverá a possibilidade, exclusiva da área de C&T, para os remanejamentos necessários. O Secretário Sergio reiterou que esta tarefa de distribuição orçamentária é um primeiro passo, sendo que o Plano Anual de Investimento será, certamente, muito diferente desta primeira distribuição. Foi afirmado que os questionamentos da Sra. Helena seriam registrados em ata e que, na próxima reunião, seria apresentada uma planilha com os valores e cálculos solicitados, com as respectivas estimativas de arrecadação para cada uma das Ações Setoriais. Em complemento à fala da conselheira Helena, o Sr. Gadelha fez uma observação, apoiada pelo Secretário Sergio, para que a questão das OS, além da segurança de que passem os projetos pelas instâncias deliberativas do FNDCT, também se alinhem às prioridades estratégicas do FNDCT, lembrando que isso é fácil no caso de ações dos Comitês como Saúde, Info, Agro, mas como OS, este alinhamento pode parecer meio nebuloso. Quanto à esta questão, o Secretário Sérgio entendeu que a intervenção do conselheiro Gadelha poderia ser acatada gerando uma alteração no texto da Deliberação 01, com a adição de um pequeno ajuste ao texto aprovado. Com o consentimento dos demais a **Deliberação 01** passou a ter o seguinte texto: **O Conselho Diretor do FNDCT, em sua 3ª Reunião Extraordinária de 2021, realizada em 11/08/2021 delibera que: Os recursos do Fundo a serem destinados às Organizações Sociais - OSs sejam objeto de análise e apreciação nas estruturas de Governança do Fundo e integre o Plano Anual de Investimentos do FNDCT, preservando as finalidades de apoio às atividades de CT&I, observadas as prioridades estabelecidas por este Conselho, em relação às ações de CT&I.** Após este ajuste no texto da Deliberação 01 o Secretário Sergio voltou ao tema da base de cálculo solicitada pela Sra. Helena Nader e esclareceu que, na reunião passada, quando a Finep e o CNPq colocaram aos presentes todo o levantamento feito das ações anteriormente compromissadas pelas Agências, nos últimos anos, e as possibilidades de investimentos em ações que foram deixadas de lado por falta de recursos, este trabalho foi considerado, mais que uma planilha matemática, aos moldes do que tem sido tratado como “memória de cálculo”, a memória de planejamento para a primeira versão da distribuição de recursos orçamentários para o FNDCT em 2021, antes da possibilidade de levantamento das demandas dos Comitês Setoriais. Desta forma, a elaboração desta planilha compreende critérios objetivos, mas também subjetivos, não seguindo uma métrica precisa em relação aos 7,5% da CIDE ou royalties do petróleo. Lembrou aos demais que a peça orçamentária é um balizador que acreditamos será certamente alterado quando tivermos as demandas dos Comitês. Após várias observações dos Conselheiros, foi colocado com o aval de todos os presentes que seria inserido no texto da ata que a peça orçamentária aprovada para o exercício de 2021 é fruto de uma estimativa inicial preliminar, que será referendada pelos comitês específicos, e aprovada posteriormente no âmbito desde Conselho Diretor, por meio do Plano Anual de Investimento do FNDCT. Na sequência, foi colocada em votação a proposta de Distribuição Orçamentária - FNDCT - Exercício **2021, que foi aprovada por unanimidade.** Seguindo a reunião, abriu-se discussão sobre a aprovação ou não da proposta de distribuição orçamentária para o ano de 2022. Foi colocada em tela para ser deliberada (Figura 2).

Figura 2- Proposta de Distribuição Orçamentária - FNDCT - Exercício 2022

Ação Orçamentária	Valores em R\$ 1,00
CT-Aeronáutico	46.000.000
CT-Agronegócio	70.000.000
CT-Amazônia	12.000.000
CT-Biotecnologia	46.000.000
CT-Energia	117.000.000

CT-Espacial	12.000.000
CT-Hidro	18.000.000
CT-Informática	46.000.000
CT-Infraestrutura	350.000.000
CT-Mineral	12.000.000
CT-Petróleo e Gás Natural	140.000.000
CT-Saúde	105.000.000
CT-Transporte	12.000.000
CT-Transporte Aquaviário	12.000.000
CT-Verde e Amarelo	187.000.000
Ação Transversal	530.954.166
Subvenção Econômica	700.000.000
Equalização de Juros	279.500.000
Participação no Capital de Empresas	20.000.000
CNPq	466.000.000
Reator Multipropósito Brasileiro	12.000.000
Organizações Sociais	1.040.000.000
Parcela Reembolsável - Empréstimo Finep	4.233.454.165
Total	8.466.908.331
Fonte: Finep/MCTI	

Neste momento o Secretário Sergio lembrou aos presentes que foi avisado que 12/08/21 é a data limite para apresentar as propostas de dotação orçamentárias para 2022, sendo arguido por um Conselheiro qual a consequência teria se não fosse votada, Foi esclarecido que correríamos o risco desta decisão ficar a cargo do Ministério da Economia. Com esta situação o Conselheiro Pedro solicitou ao Sr. Gadelha que retirasse sua proposta de não votar o orçamento 2022 nesta reunião. Houve discussão sobre estas possibilidades, a Sra. Helena lembrou a todos da responsabilidade que os membros da comunidade científica têm perante seus pares em lutar para que o orçamento seja o melhor possível, atendendo as necessidades da ciência nacional. O Sr. Franklin propôs fazer o mesmo texto onde se colocaria o caráter preliminar da peça orçamentárias ao custo de não aprovar e perder o valor. Novamente foi colocado pelo Sr. Sergio, que o orçamento é uma estimativa, um plano que pode ou não ser 100% cumprido, sendo que o que realmente terá efeito é o Plano Anual de Investimento e este será construído aos poucos e sempre com a participação de todos, aprovado pelo Conselho Diretor e com a possibilidade de alteração por portaria, das dotações orçamentárias inicialmente aprovadas. Alguns conselheiros ainda reforçaram a importância de votar a proposta pela necessidade de inserir esta peça orçamentária no sistema formal do governo, que tem data limite em 12/08/21. O Sr. Gadelha pediu a palavra para fazer um esclarecimento do porquê está mantendo sua proposta de não aprovação desta peça orçamentária nesta reunião. Insistiu que, pela sua experiência, a peça orçamentária é uma sinalização muito importante. Lembrou aos presentes que não pode conversar com a academia, a Ciência e Tecnologia com esta distribuição que está aí, para 2021 citou o esforço dos companheiros de academia em aprovar, levando em conta os 100 dias para a execução, o momento de transição, o descontingenciamento, foi um esforço sem tamanho, porém, para 2022 não há nem uma clareza nossa, técnica, se não poderia ser mais agregado o recurso, se poderia haver uma sinalização do reembolsável e não reembolsável. Falou sobre este dilema, uma coisa é a fala sobre os percentuais, outra é o número frio na tabela. Desta forma considerou que há um desconforto, em aprovar uma peça para o ano que vem e que se mostra tão precária do ponto de vista de uma visão mais estratégica. O Sr. Jailson fez um comentário, mesmo concordando que as planilhas sejam sugestões e deverão ser mudadas, porém a sinalização, que esta planilha faz, o deixou desconfortável. Afirmou, a todos, duas questões que lhe foram muito preciosas, as OS, que são um lado do sistema e o CT-Infra que é outro lado mais acadêmico do sistema. O que observamos é que a previsão orçamentária das OS aumentou, enquanto a do CT-infra diminuiu. Considerou esta sinalização muito “chata” para o setor acadêmico, para não usar outra palavra. Este é um balanço, um sinal trocado, que não o deixa confortável em aprovar uma peça nestes moldes. Após estas intervenções o Secretário Sergio explicou a todos que até uma semana atrás trabalhavam com a estimativa de que o orçamento de 2022 seria similar ao de 2021, porém houve um acréscimo de 20%, portanto para o orçamento de 2022 foi trabalhada uma regra de três para compor o novo orçamento, insistindo que a peça orçamentária não é uma camisa de forças. Reforçou que o momento verdadeiramente importante é a apreciação do plano de investimento com os projetos efetivamente aprovados nas instâncias deliberativas do Fundo, isso sim é que vai dar o real teor do orçamento. Ante esta fala do Sr. Sergio o Sr. Jailson reafirmou seu desconforto falando sobre a não observância da regra de três tanto nos valores do CT-Infra, tão importante para o sistema de C&T quanto nos recursos do CNPq, que tiveram queda de 2021 para 2022, no sentido contrário das OS por exemplo, com isso estaríamos aprovando uma diminuição de recursos para a pesquisa básica e a infraestrutura para as universidades, este foi o desconforto observado. O Secretário interferiu colocando que não teria nenhum óbice em alterar alguma das ações apresentadas, só não alterando, do ponto de vista do ministério, os 25% das OS, podemos fazer ajustes no momento. O Sr. Jailson respondeu ao secretário que a sinalização em relação ao CT-Infra, que abrange um número muito maior de instituições que as OS com a diminuição dos recursos de um ano para o outro, é um fato que vai gerar

um grande ruído. Insistiu que vai ser muito difícil explicar porque um aumentou e o outro diminuiu. Segundo ele, como professor há 40 anos em uma universidade, não poderia aprovar um plano onde aumenta recursos para um determinado setor e diminui para a infraestrutura das universidades. E por fim, informou ao Ministério que no momento em que esta planilha cair na mão das universidades, vai gerar um ruído muito grande por não entender porque isso está acontecendo, por um setor ser inflado e outro, tão importante ter sido diminuído, e que não imagina ser isso o que o Ministério quer. Considerou, por fim, mais um alerta para o secretário e para os colegas que estão presentes na reunião, que esta planilha vai gerar uma grande insatisfação quando for divulgada e, como conselheiro não se vê no direito em apoiar, pois concordando com ela estaria negando uma vida. A conselheira Helena pediu a palavra, manifestando seu voto contrário à planilha de 2022. O Sr. Jailson também manifestou voto contrário à distribuição orçamentária para 2022. Estes votos foram seguidos pelo Sr. Carlos Gadelha e pelo Sr. Antonio Renan Arrais. O Secretário Sergio, com a palavra, disse aos presentes que o ministério tomou todas as precauções para construir o plano de distribuição dos recursos, trabalhando em conjunto com a Finep e o CNPq. Reiterou que a planilha de 2022 pode dar a impressão de ter sido uma tarefa simples, porém foi fruto de um trabalho minucioso, lembrou a todos os critérios levantados e trazidos na reunião do dia 06/08/21, as diretrizes, o levantamento de passivos, projetos P2 com notas 3; 3,5 e 4 com possibilidade de contratação com os novos recursos. Este trabalho foi uma construção artesanal, realizada com técnica, mas também com muita sensibilidade de cada um dos atores envolvidos. Concluindo, avaliou que todo o esforço para montar a peça orçamentária entregue aos conselheiros não foi, de forma nenhuma, um trabalho simples de elaboração, e a aplicação de uma regra de três, e grande parte das ações programáticas foi uma das opções utilizadas para não se repetir o trabalho realizado, e acabou sendo uma ótima notícia a que tivemos de um aporte de mais 20%. Em sua fala final o Sr. Sergio reconheceu que a peça orçamentária é eivada de estimativas, falou da importância do CT Infra, o que justifica que o valor dele é muito mais alto que o de outros comitês. Terminou reforçando que o propósito da reunião foi esclarecer, ouvir pontos de vista diversos, acolher o que seria possível. O Sr. Jailson pediu a palavra para elogiar a capacidade de condução da reunião pelo Secretário Sergio, buscando a convergência, ouvindo a todos com muito cuidado, muita atenção, reconhecendo que a reunião foi fantástica e se sentiu muito honrado em participar dela. E, mais uma vez insistiu em que o desequilíbrio da planilha vai gerar desarmonia na comunidade universitária e acadêmica, não combinando com o MCTI, contrastando com a harmonia do Secretário Sergio na condução da reunião. O Sr. Zarak relembrou neste momento uma fala na própria reunião, que o remanejamento possível para estes recursos de Ciência e Tecnologia propicia uma flexibilidade muito grande, a qual não é possível para outros órgãos. Nesta mesma direção o Secretário Sergio reiterou aos Conselheiros que, similar ao que disse sobre o Plano Anual de Investimentos 2021 ser bastante diferente da estimativa orçamentária, o mesmo pode ser esperado para o Plano anual de Investimento 2022, e recomendou ao Cons. Jailson que as locações do CT Infra, com certeza vão superar suas expectativas. Após reflexões e debates, foi colocada em deliberação a *Proposta de Distribuição Orçamentária - FNDCT - Exercício 2022*, a qual foi aprovada com quatro votos contrários, (Jailson de Andrade, Carlos Gadelha, Antônio Renan Arrais e Helena Nader). O Sr. Franklin Madruga Luzes Junior e o Sr. Jorge Luis Nicolás Audy estavam ausentes no momento do voto. Com a votação encerrada (Quadro 1) o secretário Sergio agradeceu a participação de todos, dando a reunião por encerrada.

Quadro 1 - Votação das Planilhas Orçamentárias apresentadas para o FNDCT - 2021 e 2022

Qtd		Membros CD-FNDCT 11/08/21	2021	2022
1.	MCTI	Sergio Freitas de Almeida	Aprovado por unanimidade	Favorável
2.	Finep	Waldemar Barroso Magno Neto		Favorável
3.	CNPq	Evaldo Ferreira Vilela		Favorável
4.	MEC	Não compareceu		—
5.	ME	Zarak de Oliveira Ferreira		Favorável
6.	ME	Jackline de Souza Conca		Favorável
7.	ME	Fernando Sertã Meressi		Favorável
		Maycon David Stahelin – Suplente - ME		
	ME	Gal de Divisão Luiz Antônio Duizit Brito		Favorável

8.			
9.	BNDES	Victor Pina Dias	Favorável
10.	EMBRAPA	Guy de Capdeville	Favorável
11.	Comun_Cient	Carlos Augusto Grabois Gadelha	Contra
12.	Comun_Cient	Jailson B. de Andrade	Contra
13.	Comun_Cient	Helena Bonciani	Contra
14.	Set_Empres	Franklin Madruga Luzes Junior	Ausente
15.	Set_Empres	Pedro Wongtschowski	Favorável
16.	Set_Empres	Jorge Luis Nicolas Audy	Ausente
17.	CODEFAT	Antonio Renan Arrais	Contra
Resultados das votações		16 a favor	4 Contra / 10 a Favor / 2 Ausentes

Sergio Freitas de Almeida
Presidente do Conselho Diretor do FNDCT
Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Freitas de Almeida**, **Secretário-Executivo**, em 11/11/2021, às 17:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8310162** e o código CRC **996E8BBC**.